Vida no campo, educação popular e agroecologia: saberes-fazeres que transformam

*Daniela Lopes Oliveira Dourado[1]**

[1]Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Difusão do Conhecimento (PPGDC)- Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Instituto Federal Baiano (IFBA). Professora do Departamento de *Ciências Humanas e Tecnologias (DCHT), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Irecê, Bahia, Brasil.*

Autora correspondente:* ***Daniela Lopes Oliveira Dourado**.*

Email: dannylopes11@gmail.com

Revista Sertão Sustentável 2025. Open access sob licença Creative Commons BY-NC-ND 4.0 International.

A vida no campo, tantas vezes narrada pela lógica do atraso e da carência, se revela, quando olhada de dentro, como um território fértil de cultura, resistência e produção de vida. Nos quintais, nas roças e na comunidade, homens e mulheres constroem diariamente saberes-fazeres que articulam o cuidado com a terra, a preservação da água, a manutenção das sementes e a garantia do alimento na mesa das famílias. Trata-se de uma epistemologia popular enraizada em práticas ancestrais, mas também constantemente reinventada diante dos desafios ambientais e sociais contemporâneos.

Neste editorial, defendemos que a defesa do meio ambiente, a produção de alimentos saudáveis e a luta pela educação no campo não podem ser vistas como agendas separadas. Pelo contrário, elas se entrelaçam na experiência concreta das comunidades camponesas, onde a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a educação popular assumem lugar central. É nesse encontro que a agroecologia deixa de ser apenas uma técnica agrícola para se tornar um princípio ético-político, orientado pela cultura própria das comunidades e pela esperança de futuro mais justo e sustentável.

Os saberes-fazeres do campo são frutos de séculos de experiência acumulada. São conhecimentos que emergem do cultivo da terra, da observação dos ciclos da lua e da chuva, do manejo dos animais e da transmissão oral entre gerações. Não são saberes menores, mas formas complexas de ciência popular, com forte vínculo com a sustentabilidade. Ao produzir alimentos, as famílias camponesas não apenas garantem sua subsistência, mas também preservam a diversidade agrícola, cuidam do solo e mantêm vivas sementes crioulas que sustentam a soberania alimentar.

No entanto, esses saberes têm sido historicamente negados pela lógica dominante do agronegócio e pela imposição de currículos escolares urbanos e descontextualizados. Como mostram as pesquisas sobre EJA no campo, ainda persiste uma visão que desvaloriza a identidade camponesa e que considera a escola um espaço de negação do campo enquanto lugar de vida. Reverter essa lógica implica reconhecer os saberes locais como fundamentos de qualquer projeto pedagógico ou político que pretenda promover inclusão e cidadania.

A EJA nasce e se fortalece a partir dos movimentos sociais (Gohn, 2011), carregando em si a marca da luta popular por direitos. No campo, ela assume um caráter ainda mais urgente, pois enfrenta índices de analfabetismo historicamente superiores aos das cidades e precisa dialogar com as especificidades culturais e sociais das comunidades rurais.

Inspirada em Paulo Freire (1987), a educação popular orienta-se pela leitura do mundo antes da leitura da palavra. No dia a dia, homens e mulheres discutem não apenas letras e números, mas suas próprias vidas, problemas e sonhos. Que como reforça Brandão (2012), essa pedagogia parte do cotidiano e retorna a ele, promovendo conscientização, autonomia e ação coletiva. Como lembram Arroyo, Caldart e Molina (2011), não se trata de levar ao campo uma escola urbana transplantada, mas de construir uma educação do e no campo, que fortaleça identidades e potências locais.

A articulação entre EJA e agroecologia aparece como caminho potente. Alfabetizar adultos a partir de temas geradores relacionados ao plantio, ao cuidado com os quintais e à recuperação da caatinga é um modo de unir o aprendizado da palavra à leitura crítica da realidade ambiental. Esse vínculo amplia o sentido da educação, tornando-a prática política e cultural.

A agroecologia, frequentemente confundida com agricultura orgânica, vai além de uma prática agrícola. Ela é filosofia, ética e projeto político de vida. Ao defender a diversidade de cultivos, a preservação dos recursos naturais e o protagonismo das comunidades, a agroecologia coloca-se como (contra)dispositivo frente ao modelo hegemônico do agronegócio.

Nesse sentido, a agroecologia, quando aliada à EJA, constitui uma pedagogia da terra: ensina a cuidar do planeta enquanto se aprende a ler, escrever e interpretar criticamente o mundo. É uma prática formativa que integra corpo, cultura e natureza, rompendo com a separação moderna entre trabalho manual e intelectual.

O campo não é apenas lugar de produção econômica. É território de cultura, de memória e de modos de vida que resistem às forças homogeneizadoras da globalização. Reconhecer isso significa romper com estereótipos que reduzem o camponês à condição de "atrasado" ou "dependente" e afirmar a centralidade de seus saberes na construção de um futuro sustentável, como afirma Arroyo (2012) insurgências de pedagogias outras.

A educação popular, a EJA e a agroecologia formam juntas, um tripé para sustentar essa afirmação. Elas possibilitam que jovens, adultos e idosos camponeses se reconheçam como sujeitos históricos, produtores de conhecimento e defensores do meio ambiente. Como aponta Paulo Freire (1987), ninguém educa ninguém sozinho: é no diálogo que todos aprendem e se transformam.

O desafio está em consolidar políticas públicas permanentes que reconheçam esse potencial, superando práticas assistencialistas e fragmentadas. A justiça social e ambiental no Brasil passa necessariamente pela valorização da vida no campo, por uma educação contextualizada e pela promoção de modelos agrícolas que respeitem a vida em todas as suas formas.

Escrever sobre a vida no campo é escrever sobre dignidade, resistência e futuro. Os camponeses brasileiros carregam no corpo e na memória cicatrizes de exclusão, mas também a força de reinventar o mundo todos os dias. Suas práticas agroecológicas, suas conversas e prosas, suas invenções insurgentes, suas pedagogias do cotidiano mostram que outro modelo de sociedade é possível, um modelo que valoriza a coletividade, o respeito à natureza e a justiça social.

A educação popular e a EJA, quando enraizadas na cultura camponesa e orientadas pela agroecologia, não apenas ensinam a ler e escrever: elas formam sujeitos críticos, capazes de intervir na realidade e transformar seu destino. Assim, defender a vida no campo é defender a vida de todos nós, pois é dela que vem o alimento que sustenta a cidade, é dela que emergem saberes que preservam o planeta, é dela que se anuncia a esperança de um mundo mais humano e sustentável.

Referências

ARROYO, M. G. **Outros Sujeitos, outras pedagogias.** Petrópolis: vozes, 2012.

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M.C. (orgs.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2011.

BEISIGEL, C. de R. Ensino Público e Educação Popular. In: PAIVA, Vanilda. (org) **Perspectivas e Dilemas da Educação Popular.** Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação popular**. 3.reimp. São Paulo: Brasiliense, 2012. (Coleção Primeiros Passos; 318)

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOHN, M. da G. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação** v.16, n.47, p. 333- 361, maio-ago. 2011.